
Os estudantes da Universidade de Coimbra da reforma pombalina à implantação da República, 1772-1910

The Students of the University of Coimbra, 1772-1910

Les étudiants de l'Université de Coimbra de la réforme pombaline à la République, 1772-1910

Irene Vaquinhas e Maria Manuela Tavares Ribeiro

**Edição electrónica**

URL: <http://journals.openedition.org/lerhistoria/6642>

DOI: 10.4000/lerhistoria.6642

ISSN: 2183-7791

Editora

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Edição impressa

Data de publicação: 30 junho 2020

Paginação: 55-79

ISSN: 0870-6182

Refêrencia eletrónica

Irene Vaquinhas e Maria Manuela Tavares Ribeiro, « Os estudantes da Universidade de Coimbra da reforma pombalina à implantação da República, 1772-1910 », *Ler História* [Online], 76 | 2020, posto online no dia 30 junho 2020, consultado no dia 15 agosto 2020. URL : <http://journals.openedition.org/lerhistoria/6642> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.6642>



Ler História está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

OS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA DA REFORMA POMBALINA À IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA, 1772-1910

55

Irene Vaquinhas

| CHSC, Universidade de Coimbra, Portugal
| irenemcv@fl.uc.pt

Maria Manuela Tavares Ribeiro

| CEIS20, Universidade de Coimbra, Portugal
| mtribeiro7@gmail.com

A Universidade de Coimbra exercia um claro fascínio nas gerações sucessivas de estudantes, que viam nela a instituição das futuras elites e, mesmo, da ascensão ao poder. Quem eram os estudantes de Coimbra? Quem era a mocidade académica? Que motivações a estimulavam? O quadro do universo estudantil de 1772 a 1910 é analisado em diferentes vertentes, tendo em conta as conjunturas, os perfis socioeconómicos dos alunos, evidenciando as continuidades e descontinuidades ou mesmo ruturas nos percursos escolares. O estudante universitário era, no período em análise, essencialmente de origem burguesa, daí que a Universidade fosse classista. A indicação da origem geográfica e social, das práticas quotidianas, da vivência facetada dos estudantes permite, com base nas fontes utilizadas, espelhar o perfil do estudante, a sua ligação à vida universitária e urbana, a sua força social e política.

Palavras-chave: Universidade de Coimbra, estudantes, vida universitária, academia de Coimbra.

Abstract (EN) at the end of the article. Résumé (FR) en fin d'article.

Na obra *Noutros Tempos*, A. Aurélio da Costa Ferreira descreve a sua chegada a Coimbra, em 1902, a fim de ingressar na Universidade, nos seguintes termos:

Coimbra fascinava-me. Trazia na cabeça mil histórias de partidas e façanhas académicas. E sequioso de lhe aspirar a liberdade, já muito revolucionário então, eu vinha, apesar de quieto e acanhado, por causa de meu tio, [...] arquitectando um plano de vida revolucionário, e os traços de uma grande obra. Coimbra tomava, na minha mente de caloiro, com aspirações a ser alguém, as proporções de uma galinha enorme, chocando grandes homens. (Ferreira 1915, 51-52)

Como negar o fascínio exercido por Coimbra sobre gerações e gerações de estudantes? Até à fundação das universidades de Lisboa e do Porto, em 1911, Coimbra constituiu o principal polo académico do país. A este título, a passagem por esta cidade, evocada com nostalgia na literatura memorialista, representava uma etapa importante na vida de milhares de jovens que, embora temporariamente contestatários, ambicionavam inserir-se nas elites dominantes. Com efeito, a admissão nesta universidade, uma das mais antigas da Europa, oficialmente considerada como um dos alfobres da classe dirigente e dos quadros políticos e administrativos, atraía uma multidão de jovens que reconheciam nos títulos e nos diplomas concedidos pela instituição um mecanismo necessário à reprodução social das classes dominantes e uma das poucas hipóteses de civilmente acederem ao poder. E, não obstante a concessão dos graus de licenciado e de doutor permanecer numericamente muito restrita, a simples frequência da Universidade era suficiente para conferir um estatuto singular no plano nacional, criando nos estudantes a noção de pertencerem a um grupo exclusivo e privilegiado dotando-os de um forte “sentimento de superioridade” (Cruzeiro 1990, 132-139). A identidade de grupo era sancionada por uma subcultura específica, particularizada por tradições, práticas, traje, gíria, heróis, bairros, etc., a qual, se tinha a vantagem de favorecer a socialização dos recém-chegados – os “caloiros” ou, na terminologia mais remota, os “novatos” –, contribuía também para identificar a população estudantil no contexto urbano. Certas formas de rivalidades com não-estudantes, em particular com os “futricas”,¹ acentuavam esta diferenciação e funcionavam como um elemento de unidade na estratégia de valorização do grupo.

Trata-se, no entanto, de um quadro de referência ideológico que, impondo-se no decurso do século XIX sob a influência do movimento romântico, lhe conferirá uma certa autonomia cultural, dando aos estudantes a possibilidade de se afirmarem politicamente. Quer alistando-se nos batalhões académicos ou fazendo “paredes”, quer aplaudindo ruidosamente ou manifestando-se pelo silêncio, ou ainda compondo poemas heroi-cómicos ou fazendo tumultos à porta da Sala dos Capelos, os estudantes representaram, no período que medeia entre a reforma pombalina e a República, uma força social e política importante.² As movimentações estudantis ajudaram, com efeito, à implantação do liberalismo e, mais tarde,

¹ Por “futrica” entende-se geralmente o indivíduo natural de Coimbra não pertencente à academia.

² Para uma cronologia circunstanciada dos momentos mais representativos das ações estudantis no decurso do período de 1772 a 1910, veja-se, entre outros, Lamy (1990, 48-182).

do republicanismo,³ tendo desempenhado um papel ativo na construção do estado constitucional. Nem sempre é fácil, todavia, dissociar as motivações políticas dos objetivos especificamente académicos e nem tais movimentos funcionaram sempre como um elemento de reação contra a tradição e o regime instituído (Torgal 1990a).

As fontes literárias, em particular os livros de memórias redigidos por antigos alunos, traçaram, todavia, um retrato vago e abstrato do estudante de Coimbra, definido pelo seu gosto pela boémia e pela estúrdia, pela “praxe” e por uma manifesta falta de aplicação nos estudos. Uma imagem intemporal que, transcendendo todas as diferenças sociais e históricas, é tributária de uma representação mítica da vida estudantil, a qual está associada à noção de liberdade e à ausência de pressões familiares ou comunitárias. Todavia, muito dificilmente este padrão de comportamento poderia ser assumido por grande parte dos jovens que demandavam a Universidade de Coimbra. A adoção de providências relativamente severas quanto aos exames de habilitação para a matrícula nos vários cursos,⁴ a fiscalização do regime de faltas (*Regulamento* 1904), os custos do alojamento e da estadia na cidade ou a progressiva cientificidade dos estudos, fenómenos particularmente sensíveis a partir de meados do século XIX, dificultavam, entre outros fatores, a materialização daquele ideal-tipo de estudante, por mais intemporal que este aparente ser. Quem era, afinal, a “mocidade académica”? A resposta a esta questão não é fácil nem pode ser muito concreta. O forte grau de subjetividade de algumas das fontes ou o volumoso acervo de outras, agravado pela longa extensão temporal do período sobre o qual recai esta análise, dificultam o conhecimento objetivo e rigoroso do universo estudantil de 1772 a 1910. Daí que se tenha optado por uma metodologia que, privilegiando as fontes quantitativas, permita traçar, ainda que em moldes gerais, as conjunturas académicas, apurar as linhas de força dos perfis socioeconómicos dos alunos que frequentaram a Universidade e pôr em evidência as continuidades e as ruturas dos respetivos percursos escolares.

Como fonte-base utilizaram-se as *Certidões de Idade*, documentos que os candidatos à Universidade eram obrigados a apresentar no momento da matrícula, cruzando-as, sempre que possível, com outro tipo de informação, e fazendo recair a sondagem sobre os anos letivos de 1780-1781, 1836-1837,

³ Sobre a intervenção estudantil no movimento republicano, veja-se Boavida (1983) e Torgal (2013).

⁴ Sobre esta matéria veja-se, entre outras medidas legislativas, a portaria de 13 de setembro de 1848 que altera o regulamento sobre os exames de habilitação para os cursos científicos da Universidade de forma “a cessar a indulgencia e a relaxação que tenha havido nesses exercicios” (*Legislação académica...* 1894, 340-341).

1861-1862 e 1909-1910. A escolha destas datas não é inteiramente arbitrária, tendo-se evitado fazê-las coincidir com os períodos de maior instabilidade política do século XIX, cujos reflexos na vida académica são por demais conhecidos. Tal critério não exclui eventuais distorções nos registos, por razões de ordem conjuntural ou por circunstancialismos inerentes à própria vida universitária, tendo, no entanto, a inegável vantagem de permitir abarcar um período de mais de cem anos. Além daqueles documentos, depositados no Arquivo da Universidade de Coimbra (A.U.C.), também se recorreu: a *Actos e Graus* (1785-1788), *Exames* (1772-1773 a 1789-1790), *Actos Grandes e Graus de Doutor* (1772-1784) para o ano letivo de 1780-81; às *Certidões de Idade*, 2ª série (1834-1900) e à *Relação* (1836) para o ano de 1836-1837; à *Relação* (1862) – segundo os dados recolhidos por António Madeira (s.d.), a quem agradecemos – para o ano letivo de 1861-1862; aos *Processos e inscrição*, *Certidões de Idade* (1909-1910), *Livros de Matrículas* (1909-1910) e *Anuario* (1910) para o ano letivo de 1909-1910.⁵

Chegou o momento de questionarmos as fontes e de responder a algumas das questões que Laurence Stone considerava fundamentais para o estudo das populações universitárias: “Quem eram os estudantes? Quantos eram? Que carreiras escolhiam?” (Burnay 1988, 20).

1. Ritmos de inscrição e de frequência

António de Vasconcelos (1941) estima em 91888 o número de alunos que frequentaram a Universidade de Coimbra entre os anos letivos de 1800-1801 e o de 1900-1901, tendo chegado a este resultado a partir da contagem do registo das inscrições dos *Livros de Matrículas* depositados no Arquivo da Universidade de Coimbra. Este montante peca, no entanto, por excesso, sobrevalorizando-se os quantitativos numéricos da população estudantil.⁶ Com efeito, as avaliações feitas por Maria Eduarda Cruzeiro (1990, 522) e por Manuel Alberto Carvalho Prata (1994, 57-58), a partir das listas nominativas dos alunos transcritas nos *Anuários da Universidade*, respetivamente para os períodos 1868-1910 e 1880-1926, reduzem aquela contagem em cerca de 20-30% (Cruzeiro 1988, 166, nota 1), ou seja, as matrículas inflacionam os efetivos estudantis em cerca de um terço do seu cômputo real (Quadro 1).

⁵ Este núcleo documental foi ainda completado com outras fontes que vão identificadas no texto.

⁶ Sobre as principais lacunas das matrículas para o estudo da problemática estudantil, veja-se, entre outros, Torremocha Hernández (1995).

Quadro 1. Evolução comparada do número de matrículas e de estudantes

	A Matrículas	B Alunos	C Alunos
1868	779	–	599
1870	801	–	609
1872	953	–	723
1874	903	–	705
1876	864	–	649
1878	794	–	581
1880	766	573	571
1882	818	605	604
1884	958	673	673
1886	1115	774	774
1888	1126	810	813
1890	1180	872	873
1892	1200	905	905
1894	1240	948	948
1896	1306	1021	1021
1898	1419	1084	1118
1900	1449	1181	1181
1902	–	1027	1028
1904	–	920	911
1906	–	1050	1050
1908	–	1190	1195

Fonte: A – Vasconcelos (1941), B – Cruzeiro (1990, II, 522),
C – Prata (1994, II, 57-58).

O desfasamento entre as duas contagens, decorrente da utilização de fontes e métodos de análise distintos, explica aqueles resultados. De facto, a frequência de disciplinas comuns a mais do que uma faculdade, bem como a exigência de, a partir do 3º ano do curso de Matemática e nos três últimos do curso de Filosofia, as matrículas se efetuarem por cadeiras, multiplicava artificialmente o número dos registos, sem que a tal correspondesse igual número de indivíduos. O recurso a um coeficiente que permita corrigir as estatísticas das matrículas, de modo a obter-se um montante tão aproximado quanto possível da população estudantil, tem sido um expediente utilizado por alguns autores em estudos similares (Frijhoff 1986).

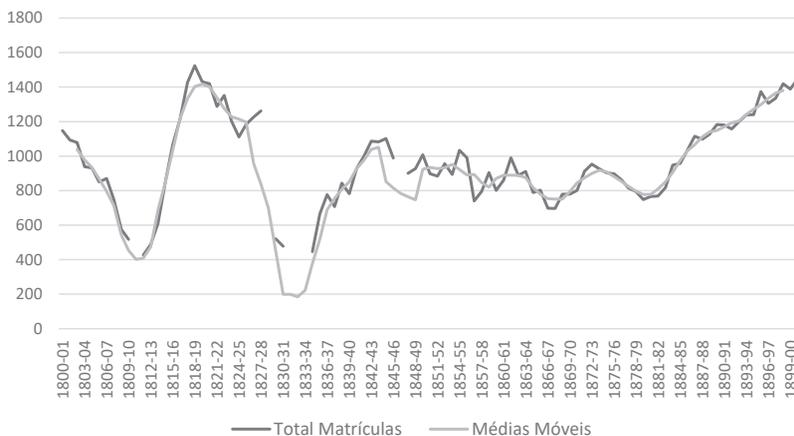
A grande dificuldade está, no entanto, em precisar a taxa de correção adequada, dado que esta varia, entre outros fatores, consoante a duração média dos estudos universitários e a sua estrutura curricular. É importante sublinhar que desde a reforma pombalina até à República os planos de estudo das diversas faculdades foram objeto de várias reestruturações que, ora anexando ou desanexando cadeiras, ora alongando ou reduzindo os cursos gerais, se repercutiram inevitavelmente no volume das matrículas, dificultando o cálculo do coeficiente a adotar.⁷ Em rigor, só o levantamento sistemático e nominativo de todos os alunos permitiria, mediante o confronto de matrículas, eliminar as duplicações e avaliar o cômputo geral da população académica.⁸ Todavia, enquanto se aguarda a publicação desta documentação fundamental, em processo de informatização, os registos de matrículas, não obstante as insuficiências apontadas que obrigam a usar de prudência nas conclusões e a ponderar os resultados, permitem reconstituir as linhas gerais da conjuntura estudantil. Estes reforçam a ideia de que as matrículas exprimem adequadamente a tendência da frequência escolar, sendo a correlação estreita entre as duas séries temporais de dados estatisticamente bastante significativa ($r=0,985$).

A avaliar por esta fonte, o número dos matriculados conhece um aumento sensível no decurso do século XIX, em particular a partir da década de 1880, mas segundo uma trajetória muito oscilante e irregular, a qual não deixa de refletir a instabilidade política, social e demográfica que caracterizou a primeira metade de Oitocentos (Gráfico 1). As matrículas registam, nestes primeiros anos do século, variações anuais de grande amplitude, as quais são parcialmente justificadas pela interrupção das atividades académicas devido ao encerramento da Universidade na sequência das invasões francesas, das lutas liberais e da revolta popular da Maria da Fonte.⁹ No entanto, estes acontecimentos não afetaram de um modo uniforme a frequência estudantil, nem a travaram por completo. Somente na década de 1830, o número de matriculados sofre uma contração significativa, alcançando os valores mais baixos de toda a centúria. Durante este decénio, a média anual de matrículas

7 De entre as remodelações ocorridas saliente-se aquela que, por Carta Régia de 21 de dezembro de 1793, modificou o plano de estudos do curso de Teologia e, sobretudo, a reforma do ensino superior promulgada por Passos Manuel, em 5 de dezembro de 1836, que alterou a organização dos cursos ministrados na Universidade e criou a Faculdade de Direito, resultante da fusão das Faculdades de Leis e de Cânones (*Memoria* 1992, 3-5, 89, 135-140, 181-185, 245-249, 319).

8 O registo nominativo dos alunos do 1º ano de 1780-81, 1836-37, 1861-62 e de 1909-10 demonstrou que a média de matrículas por estudante era, respetivamente, de 1,01, 1,24, 1,14 e 1,31, ou seja, não existe coincidência entre número de alunos e o de matrículas, exceto em 1780-81, ano em que as duas contagens praticamente se sobrepõem (98,8%). Nos restantes anos letivos, a percentagem de alunos com uma só matrícula diminui, sendo de 80,6%, em 1836-37; 87,5%, em 1861-62; e 76,2%, em 1909-10.

9 A Universidade esteve encerrada nos anos letivos de 1810-11, 1828-29, 1831-32, 1832-33, 1833-34 e 1846-47.

Gráfico 1. Evolução geral das matrículas (valores reais e médias móveis)

Fonte: Vasconcelos (1941).

reduz-se para cerca de metade das décadas anteriores (470 em 1831-1840 contra 875, 904, e 1057, respetivamente em 1800-1801, 1811-1820 e 1821-1830),¹⁰ facto que se deve relacionar com o fecho da Universidade no período de 1831 a 1834, com a incorporação dos estudantes nos batalhões académicos que intervieram nas expedições militares e ainda com o impacto demográfico provocado pela epidemia de cólera, de 1833, que, coincidindo com a difusão da guerra civil entre liberais e miguelistas, afetou de uma forma negativa “a normal evolução da população portuguesa” (Casção 1993, 426).

Ultrapassada esta conjuntura de crise e estabilizada a situação política, a vida universitária regressa à normalidade, retomando-se as cifras de matriculados anteriores a este período conturbado. Estas oscilam à volta das 800/900 por ano, número que se manterá sem grandes alterações até 1880. No último quartel do século XIX, matrículas e alunos aumentam ligeiramente, ultrapassando, em 1896, a barreira do milhar. Nesse ano, a Universidade de Coimbra totaliza 1021 alunos, mantendo-se a frequência anual em torno deste número até à República (Quadro 1). Data também deste período, mais precisamente do ano letivo de 1890-1891, a entrada da primeira mulher na Universidade, a fim de seguir um curso superior (Gomes 1986; Gomes 1987, 9-23; Torgal 2013, 1053), se bem que desde a década de sessenta algumas raparigas se submetessem a exames na espe-

¹⁰ O cômputo geral das matrículas desde 1790 a 1900, por períodos decenais, encontra-se em Cruzeiro (1990, II, 525).

cialidade de Farmácia (Bandeira e Pita 1990; Vaquinhas 2018, 225-227). Porém, até à proclamação da República, a presença feminina na Universidade permanecerá muito reduzida e sem peso significativo no corpo discente.¹¹ Apesar dos progressos verificados no campo da instrução feminina, a palavra estudante universitário aplicava-se ainda quase inteiramente no masculino.

Em termos gerais, o aumento numérico dos estudantes ao longo do século XIX é modesto, à semelhança de outros países europeus de tradição católica, cujos quadros de vida foram fortemente abalados pelo impacto da Revolução Francesa e pela emergência do liberalismo.¹² A proporção de estudantes do ensino superior relativamente ao total da população masculina do continente e ilhas mantém-se num nível muito baixo, da ordem dos 3-4 estudantes por dez mil habitantes (Quadro 2),¹³ o que situa Portugal na retaguarda do progresso relativamente a outros países. O balanço não é, no entanto, inteiramente negativo. A partir de 1878 e até ao fim do século a população universitária cresce com regularidade à taxa anual média de 3,45% e de 3,06%, respetivamente entre 1878 e 1890 e 1890 e 1900, e segundo um ritmo superior ao da própria alfabetização masculina, que se fica pelos valores percentuais de 1,25% e 1,53%, para iguais períodos de tempo.¹⁴

Quadro 2. Número de estudantes da Universidade de Coimbra por dez mil habitantes

	A	B
1868	3	–
1878	3	11
1890	4	14
1900	6	16

Fonte: Censos da população (1864, 1878, 1890, 1900) **Notas:** A – relativamente ao total da população masculina; B – relativamente ao total da população masculina sabendo ler e escrever.

-
- 11 Segundo dados recolhidos por Joaquim Ferreira Gomes (1987, 25), o número de alunas que se inscreveram nos diversos cursos oferecidos pela Universidade de Coimbra até 1910 foi de 23. No decurso da I República (1910-1926), o seu número aumentou para 297, além de 22 nos vários cursos menores (Carvalho 2019, 42).
- 12 Reportando-se a França, Antoine Prost (1968, 224) fala da “longa estagnação dos anos 1800-1880”. Para Espanha, Mariano Peset e Jose Luis Peset (1974, 531) mencionam a queda considerável do número de estudantes durante o período liberal, sendo a recuperação lenta.
- 13 Estes cálculos foram feitos dividindo o número total dos estudantes pelo montante global da população masculina indicada nos Recenseamentos da População de 1864, 1878, 1890 e 1900.
- 14 Os cálculos foram feitos a partir do número de alunos indicados por Maria Eduarda Cruzeiro (1990, II, 525) para os anos de 1878, 1890 e 1900 e dos cálculos da população masculina, sabendo ler e escrever, dos Recenseamentos da População de 1878, 1890 e 1900.

À primeira vista os dados sugerem que a reorganização dos estudos superiores promovida por Passos Manuel, em 1836, e que, entre outros aspetos, criou, nas cidades de Lisboa e do Porto, as Escolas Politécnicas, as Escolas Médico-Cirúrgicas e as Escolas de Farmácia, se repercutiu na frequência escolar da velha academia, travando o seu natural desenvolvimento. Estas instituições pedagógicas, ao oferecerem um ensino de natureza técnica e científica que visava apetrechar os jovens para o mundo moderno, passaram a competir com a escola de Coimbra, se bem que as novas carreiras profissionais obedecessem a finalidades específicas. Com efeito, a fundação destes estabelecimentos insere-se num quadro político que visava retirar a Coimbra o monopólio no campo do ensino. Porém, nem os novos cursos rivalizavam, em prestígio e reconhecimento, com a formação que era ministrada nas faculdades clássicas, nem o recrutamento social das escolas recém-criadas obedecia a idênticos critérios de seleção, estando, em princípio, os estudos universitários reservados a alunos de extração social mais elevada.¹⁵ Na verdade, estão ainda por esclarecer devidamente os efeitos institucionais da política descentralizadora, em matéria de ensino superior, de Passos Manuel, e em particular as resistências suscitadas na “fortaleza universitária” (Torgal 1987).

As reformas liberais, consideradas globalmente, afetaram de uma forma negativa o movimento escolar universitário, o qual se traduziu no fraco afluxo de alunos à cidade de Coimbra. Esta conclusão é reforçada pelo confronto com a “aparente prosperidade” dos últimos anos do século XVIII, expressa no volumoso acervo de 12163 matrículas (Cruzeiro 1990, II, 525), montante que só voltará a ser alcançado na década final do século XIX. Ilustra ainda esta afirmação o facto de, no ano letivo de 1861-1862, o número relativamente baixo de alunos que frequentavam a universidade se refletir na *ratio* professor-aluno, que era de 12,11 (termo médio) para os docentes no ativo ou de 10,62, se incluirmos na contagem os docentes jubilados (Quadro 3). Por fim, a crise do ensino universitário manifestou-se por modificações nas opções escolares, alterando-se a redistribuição dos alunos por faculdades, configurando o quadro académico de onde emergirá o “novo estudante” do ensino superior, burguês na sua origem, pragmático nos seus objetivos.

¹⁵ Maria Antonieta Cruz (1994, 564) verificou que os alunos que frequentaram a Academia Politécnica do Porto, no ano letivo de 1885-1886, pertenciam a agregados familiares mais modestos do que os alunos da Universidade de Coimbra.

Quadro 3. *Ratio professor/aluno no ano de 1861-1862, por cursos*

	Alunos	Professores		Ratio	
		I	II	I	II
Direito	464	24	27	19,33	17,19
Filosofia	114	11	14	10,36	8,14
Matemática	124	14	15	8,86	8,27
Medicina	54	9	11	6,00	4,91
Teologia	104	13	14	8,00	7,43
Total	860	71	81	12,11	10,62

Fonte: A.U.C, Folhas de ordenados (Janeiro de 1862); Alunos de 1861-1862. **Notas:** II inclui os professores jubilados.

No que diz respeito às matrículas (ver Quadro 4),¹⁶ o curso de Direito é de longe aquele que congrega as preferências juvenis, seguindo-se com um certo distanciamento os cursos científicos (Matemática e Filosofia), mantendo-se em níveis relativamente baixos a frequência de Medicina. Já os estudos teológicos perdem atrativos, decrescendo consideravelmente ao longo do século XIX o número de alunos matriculados em Teologia, mas segundo um ritmo irregular, em que alternam períodos de descida com períodos de estagnação e breves momentos de recuperação. A deterioração das relações entre o Estado e a Igreja após a vitória do liberalismo refletiu-se também no plano educativo, fazendo infletir a importância social e cultural dos estudos religiosos. Por essa razão, a Faculdade de Teologia sofre grandes revezes até à sua completa extinção, em 1911. Os dados coligidos a partir das certidões dos alunos inscritos no 1º ano de todas as Faculdades, de 1780-1781, 1836-1837, 1861-1862 e 1909-1910 confirmam estas tendências, que acompanham, aliás, a evolução registada em algumas instituições congêneres europeias.

A exemplo do observado em Coimbra, também nas universidades católicas de Paris, Toulouse e Valência (Burnay 1988, 149-182; Caron 1991, 43-47; Baldó i Lacombra 1984, 86), entre outras, as faculdades por excelência eram as de jurisprudência, tendência que já se observava em

¹⁶ Seguimos os cálculos decenais feitos por M. E. Cruzeiro (1990, II, 525) para o período de 1790-1799 a 1890-1900. A percentagem da frequência dos cursos é a seguinte: Direito 52,3%, Teologia 5,2%, Medicina 8,7%, Matemática 13,7% e Filosofia 20,1%. Os valores dos dois últimos cursos não correspondem ao número de diplomados por essas Faculdades, refletindo a obrigação de matrícula nos preparatórios para os alunos de Medicina, nas Faculdades de Filosofia (1º ano) e de Matemática (1º a 3º ano).

Quadro 4. Evolução das matrículas dos estudantes do 1º ano, por cursos

	1780-1781	1836-1837	1861-1862	1910-1911	Total
	%	%	%	%	%
Direito	32,5*	45,7	43,6	34,8	37,8
Medicina	2,7	3,0	5,9	2,8	3,4
Matemática	32,8	30,7	25,4	29,5	29,6
Filosofia	16,9	19,5	13,6	19,7	18,0
Matemática/Filosofia	–	–	–	8,8	3,9
Teologia	7,1	1,1	11,5	1,2	4,2
Farmácia**	–	–	–	3,2	1,4
Indeterminados	8,5	–	–	–	1,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: A.U.C. Certidões de Idade. **Notas:** (*) Somatório das Faculdades de Cânones e de Leis. (**) Curso de Farmácia na Faculdade de Medicina, elevado à categoria de superior por Carta de Lei de 19 de julho de 1902.

períodos anteriores (Simone 1996, 297), de onde saíram as gerações de advogados, magistrados e demais juristas que desempenharam um papel decisivo na transição do absolutismo para o liberalismo e, posteriormente, na consolidação das monarquias constitucionais. O curso de Direito era aquele que melhor habilitava os estudantes para a resolução das inúmeras pendências decorrentes da modificação das estruturas jurídico-políticas (abolição do regime senhorial, desvinculação da propriedade, desamortização, etc.), para além de constituir uma etapa essencial na construção de uma carreira que poderia conduzir às mais altas esferas da governação política (Ferreira 2010, 217-225). Tal não obsta a que, em certos períodos, por exemplo no Vintismo, haja um “conflito de faculdades”, em que os estudantes tomam uma posição crítica relativamente aos estudos jurídicos, defendendo a importância dos estudos científicos (Torgal 1990b). Os cursos das ciências exatas, em particular o de Medicina, não atingem a mesma relevância dos jurídicos, o que, no caso português, se poderá atribuir à concorrência feita pelas Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e do Porto e a uma certa desqualificação social dos médicos e dos cirurgiões.

2. Recrutamento social e origens geográficas dos estudantes

Definidas em linhas gerais a evolução escolar desde a reforma pombalina à República, importa avançar na caracterização do corpo discente, em que se tentará esboçar o seu perfil socioeconómico e procedência geográfica.

Numa fase de profunda transformação da sociedade portuguesa, decorrente da transição do absolutismo para o liberalismo, convinha ao sistema universitário português promover uma elite dirigente e uma cultura adaptada às novas realidades económico-sociais. Subordinada a estes parâmetros, a Universidade de Coimbra deu prioridade à reforma dos planos curriculares, mantendo, no entanto, um recrutamento social pouco diversificado até finais do século XIX. A conclusão anteriormente citada é sugerida pela análise do Quadro 5 que, como se verifica, confronta a origem socioprofissional dos pais dos alunos matriculados no 1º ano nos períodos de 1780-1781, 1836-1837, 1861-1862 e de 1910-1911, não obstante a alta taxa de indeterminação (superior a 75%) lhe retirar alguma importância.

Quadro 5. Origens socioprofissionais comparadas dos pais dos estudantes do 1º ano

	1780-1781		1836-1837		1861-1862		1910-1911		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Universitários	19	6,48	21	9,81	19	7,57	29	5,57	88	6,88
Magistrados	4	1,37	5	2,34	9	3,59	15	2,88	33	2,58
Profissões Liberais	2	0,68	3	1,40	–	–	49	9,40	54	4,22
Militares	18	6,14	16	7,48	3	1,20	35	6,72	72	5,63
Nobres	2	0,68	3	1,40	4	1,59	–	–	9	0,70
Funcionários Públicos	3	1,02	1	0,47	–	–	65	12,5	69	5,39
Proprietários e Profissões Agrícolas	–	–	–	–	1	0,40	168	32,2	169	13,20
Negociantes e Comerciantes	1	0,34	–	–	2	0,80	56	10,7	59	4,61
Industriais e Capitalistas	–	–	–	–	–	–	13	2,50	13	1,02
Profissões Oficiais	1	0,34	–	–	–	–	20	3,84	21	1,64
Criados e Serviços	–	–	–	–	–	–	2	0,38	2	0,16
Outros	–	–	–	–	–	–	4	0,77	4	0,31
Indeterminados	243	82,90	165	77,10	213	84,90	65	12,5	686	53,6
Total	293	100	214	100	251	100	521	100	1279	100

Fonte: A.U.C., Certidões de Idade.

A composição social, organizada em grandes grupos, é relativamente homogénea até meados do século XIX. Cerca de 10 a 20% dos estudantes pertencem aos estratos médios ou médio superiores da sociedade destacando-se, entre as categorias profissionais identificadas, universitários, magistrados e militares de alta patente, sobretudo a de capitão. Em rigor, a categoria social mais representativa é a de diplomado pelo ensino superior, predominando os titulares do grau de doutor sobre os restantes graduados, a qual, no entanto, é pouco esclarecedora sobre a atividade efetivamente desempenhada. Apesar

destas omissões, parece legítimo poder concluir-se por uma continuidade intergeracional, ou seja, por uma afinidade, em termos de origem social, entre pais e filhos, prolongando trajetórias familiares. A esta luz, a obtenção do diploma do ensino superior não constitui um instrumento na estratégia de promoção ou de mobilidade social, a qual passa provavelmente por outros canais (alianças matrimoniais, meios de fortuna, heranças) que não a via universitária. Não preferiam, afinal, muitos dos nossos burgueses, os títulos honoríficos de barão ou de visconde, tantas vezes atribuídos como benesse a troco de apoio político, militar ou social, ao estatuto prestigiado de jurista ou de doutor em medicina?

Em 1910 observa-se já uma alteração significativa nas profissões dos pais dos estudantes, recuando os sectores tradicionais em favor das profissões administrativas, dos comerciantes e dos negociantes e, sobretudo, dos proprietários e demais profissões agrícolas. Como interpretar esta alteração? Como um indício de renovação das elites? Ou, pelo contrário, como um reflexo da abertura do acesso ao ensino superior a estratos sociais que até à data tinham sido excluídos? A relativa exiguidade do universo social abrangido e os baixos valores das percentagens não permitem, todavia, respostas concludentes. Parece lícito, no entanto, admitir que, durante a monarquia constitucional, os estudos universitários se converteram progressivamente num meio privilegiado de ascensão para os descendentes de uma burguesia promovida pelo desenvolvimento económico da Regeneração. Trata-se, porém, de um fenómeno comum aos restantes países europeus e que encontra justificação no emergir das economias industriais, na necessidade crescente de uma mão de obra qualificada a nível tecnológico, no desenvolvimento das administrações estatais e na secularização da cultura, entre outros fatores (Burnay 1988, 171; Shinn s.d., 141). No caso específico português, os principais beneficiários desta relativa generalização de processos de seleção de tipo meritocrático são indivíduos de condição mais ou menos desafogada, cujos pais pertencem aos quadros médios do funcionalismo público ou a uma média burguesia rural (proprietários, lavradores, etc.) que, usufruindo de um certo bem-estar económico, tinham condições para manter os filhos na universidade. Para esta burguesia em ascensão, a apropriação simbólica da Universidade de Coimbra inscreve-se numa procura de legitimidade, a qual passa cada vez mais pela instituição escolar.

Já os sectores mais modestos da pequena burguesia ou das classes populares estão praticamente excluídos do ensino superior, não obstante o seu peso demográfico. Neste “mundo” da produção e do trabalho, a maior representatividade recai sobre os artífices, os quais, mercê de circunstâncias particulares ou de uma conjuntura favorável, têm possibilidade de assegurar

aos seus descendentes uma formação universitária. Quanto aos filhos de serviçais, só excepcionalmente chegavam ao ensino superior. Na verdade, a obrigatoriedade do pagamento do ensino e os custos elevados da escolaridade garantiam uma seleção social que privilegiava os estudantes de meios económicos mais favorecidos, afastando, em princípio, as classes trabalhadoras dos claustros universitários. Por volta de 1860, as propinas elevavam-se a 26400 réis anuais,¹⁷ o que correspondia grosso modo ao ordenado mensal de um professor universitário. Daí a sub-representatividade dos meios populares, ficando a dever-se a sua presença neste estabelecimento de ensino a um inquestionável mérito próprio, a condições logísticas propícias (morada na própria cidade de Coimbra, etc.), bem como a eventuais ajudas financeiras.

Com efeito, a expansão dos efetivos escolares e a relativa abertura da universidade foi acompanhada pela formalização de algumas medidas de apoio económico a alunos de origem modesta que permitiram, pelo menos em termos teóricos, cercear a estrutura elitista do sistema do ensino superior. Enquadra-se neste âmbito a criação, em 1862, da Sociedade Filantrópica-Académica, instituição beneficente destinada a prestar auxílio a “académicos desvalidos”, subsidiando-os no pagamento das mesadas e das matrículas ou exclusivamente das matrículas (Bastos 1923, 7).¹⁸ A ausência de estudos sobre a condição social destes “bolseiros” *avant la lettre* impede que se determine, com rigor, se esta ou outras modalidades de apoio financeiro prestadas pela instituição universitária ou por qualquer outro organismo permitiam corrigir os efeitos da configuração seletiva do ensino superior e fazer infletir o seu recrutamento.¹⁹ Não é, no entanto, estultícia admitir que as preocupações sociais tenham sido um dos critérios da sua atribuição e que as classes trabalhadoras ou uma pequena burguesia captassem a maioria das “bolsas de estudo”. Em face do exposto, poder-se-á questionar se a Universidade de Coimbra teria sido alguma vez o local de legitimação das classes superiores. O que parece, sem dúvida, é que ela foi um veículo de mobilidade social

17 Este quantitativo é o resultado do somatório da “propina de abertura de matricula” e da “propina de fecho de matricula” do ano de 1861-1862 – A.U.C., Universidade de Coimbra, Administração e Contabilidade, Correspondência-ofícios do Reitor e da Repartição de Contabilidade, Livro de Registo, 1861-1867, fl. 10v-11.

18 As bolsas de estudo foram criadas por decreto de 22 de Março de 1911, substituindo (com modificações) a Sociedade Filantrópica no apoio financeiro a estudantes de fracos recursos (Bastos 1923, 8).

19 Em 1808 eram “socorridos pela Intendência Geral da Policia”, alguns alunos da Casa Pia de Lisboa (A.U.C., Universidade de Coimbra, Registo de Ordens Régias 1794-1829, fl. 112v-113). Por volta de 1860, a Universidade apoiava alguns alunos, pagando-lhes as propinas, os livros e as mesadas (A.U.C., Universidade de Coimbra, Administração e Contabilidade, Correspondência-ofícios do Reitor e da Repartição de Contabilidade, Livro de Registo, 1861-1867, fl. 10v-11; 40v; 67v; 70; 82v-83; 101-101v).

ascendente, não deixando, contudo, de transmitir àqueles que a ela acorrem um espírito elitista reconhecível a nível nacional.

O estudo da procedência geográfica dos estudantes ajuda, por seu turno, a delimitar a área de influência da Universidade e a caracterizar com maior precisão a juventude académica. Da análise dos dados colhe-se a vocação eminentemente regional da Universidade de Coimbra, a ela afluindo a maior parte dos alunos das regiões Norte e Centro do país (ver Quadro 6). O rio Tejo delimita a sul a sua área de atração, a qual é praticamente nula dos distritos de Portalegre, Beja, Évora e Faro, qualquer que seja o período em análise. Com efeito, os estudantes repartem-se de uma forma bastante desigual pelo território português, provindo na sua maioria dos distritos de Coimbra, Porto, Viseu e Lisboa que, conjuntamente, chamam a si mais de 40% dos universitários ao longo do século XIX: 49,9% em 1836-1837; 49% em 1861-1862 e 43,8% em 1909-1910. Trata-se, porém, de uma cartografia que não difere substancialmente da que foi esboçada por Fernando Taveira da Fonseca (1995, 159-192) para os bacharéis formados em Cânones e em Leis, no período de 1700 a 1770, os quais afluíam sobretudo das regiões Centro e Norte do país, em particular da faixa litoral do Minho até Setúbal, nem daquela que foi estabelecida por Rui Cascão e Maria Manuel Almeida (1991, 181-193) para a totalidade da mocidade académica nos anos de 1891-1900. O recrutamento geográfico testemunha, assim, uma notória estabilidade ao longo do tempo, se bem que apresente ligeiras alterações na importância relativa de alguns distritos.

O distrito de Coimbra, que oferece à Universidade os contingentes estudantis mais numerosos, vê, em 1909-1910, o seu peso declinar em favor de um recrutamento geográfico mais diversificado a nível nacional. A avaliar pelos valores absolutos e pelos valores relativos ou de densidade, isto é, o número de estudantes por 1000 habitantes, os alunos provêm, de um modo geral, de todo o país, sem destaque particular para este ou aquele distrito. As taxas de densidade estudantil são baixas, não se verificando diferenças significativas entre os diversos distritos, que estão relativamente equilibrados entre si, embora Coimbra continue a manter a preponderância. A proximidade geográfica joga a favor dos naturais deste distrito e, em especial, dos que nasceram na própria cidade do Mondego, que totalizam cerca de metade do corpo estudantil distrital (45%). Os estudantes naturais das ilhas são, por seu turno, em número escasso. Fora de Portugal, a capacidade de atração da Universidade é reduzida, circunscrevendo-se quase exclusivamente às áreas geográficas da colonização e da emigração, só atingindo um número minimamente significativo no caso do Brasil.

Quadro 6. Origens geográficas dos estudantes do 1º ano

	1780-81		1836-37		1861-62		1909-10		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Aveiro	11	3,78	23	10,8	16	6,37	23	4,48	73	5,76
Beja	5	1,72	1	0,47	5	1,99	4	0,78	15	1,18
Braga	4	1,37	12	5,63	13	5,18	45	8,77	74	5,84
Bragança	3	1,03	8	3,76	14	5,58	8	1,56	33	2,60
Castelo Branco	4	1,37	5	2,35	13	5,18	26	5,07	48	3,79
Coimbra	21	7,22	54	25,40	53	21,10	80	15,60	208	16,40
Évora	3	1,03	3	1,41	5	1,99	11	2,14	22	1,74
Faro	2	0,69	1	0,47	4	1,59	18	3,51	25	1,97
Guarda	4	1,37	6	2,82	9	3,59	42	8,19	61	4,81
Leiria	8	2,75	3	1,41	4	1,59	6	1,17	21	1,66
Lisboa	22	7,56	14	6,57	22	8,76	42	8,19	100	7,89
Portalegre	8	2,75	3	1,41	5	1,99	12	2,34	28	2,21
Porto	15	5,15	27	12,70	13	5,18	64	12,50	119	9,38
Santarém	4	1,37	11	5,16	13	5,18	18	3,51	46	3,63
Viana do Castelo	4	1,37	3	1,41	9	3,59	11	2,14	27	2,13
Vila Real	6	2,06	13	6,10	7	2,79	29	5,65	55	4,34
Viseu	24	8,25	11	5,16	34	13,50	39	7,70	108	8,52
Angra	-	-	1	0,47	1	0,40	3	0,58	5	0,39
Horta	-	-	2	0,94	3	1,20	4	0,78	9	0,71
Ponta Delgada	-	-	1	0,47	-	-	6	1,17	7	0,55
Funchal	1	0,34	3	1,41	-	-	7	1,36	11	0,87
Brasil	9	3,09	8	3,76	7	2,79	4	0,78	28	2,21
Índia	-	-	-	0	1	0,40	1	0,19	2	0,16
Fora do país	2	0,69	1	0,47	-	-	8	1,56	11	0,87
Sem identificação	133	45,70	-	-	-	-	2	0,39	143	11,30
Total	291	100	213	100	251	99,9	513	100	1268	100

Fonte: A.U.C., Certidões de Idade.

Deste esboço de retrato de grupo, algumas linhas de força se podem retirar quanto ao perfil do estudante de Coimbra: atraído fundamentalmente pelos estudos jurídicos, já que são estes que oferecem a preparação mais conveniente para a vida política, provém das regiões norte e central do país e pertence aos quadros médios superiores da sociedade. O espírito de grupo era assim reforçado pela partilha de um mesmo universo social e de uma origem geográfica comum, a que se associam outros elementos de unidade como a identidade etária. Com efeito, os estudantes começam relativamente

cedo os estudos superiores não se registando variações significativas, ao longo do tempo, nas idades da entrada na universidade, as quais oscilam entre os 18,8 anos, em 1780-1781, e os 20,4 anos, em 1909-1910 (Quadro 7). Em face do exposto verifica-se, pois, uma certa continuidade, ainda que se observe um ligeiro envelhecimento. Este fenómeno é particularmente acentuado para os estudantes de Teologia, que apresentam um espectro etário mais dilatado, variando entre os 17 e os 20,75 anos. De qualquer modo, os dois grupos de idade mais importantes para cada um dos períodos em análise são os mesmos (14-18 anos e 19-23 anos). Assim sendo, é irrelevante a percentagem mínima de estudantes mais jovens (abaixo dos 14 anos), ou de idade mais avançada (acima dos 24 anos e sobretudo dos 29 anos), como se pode comprovar pelo Quadro 8.

Quadro 7. Idade média dos alunos à entrada na Universidade

	1780-81	1836-37	1861-62	1909-10
Universidade (geral)	18,80	19,50	20,70	20,40
Fac. Direito	19,21	19,78	19,63	20,51
Fac. Filosofia	17,90	–	16,25	20,00
Fac. Matemática	20,92	19,02	19,50	19,49
Fac. Medicina	–	–	20,50	22,33
Fac. Teologia	17,00	17,00	18,60	20,75
Fac. Matem./Filosofia	–	–	–	21,50
Fac. Farmácia	–	–	–	21,29

Fonte: A.U.C., Certidões de Idade.

Quadro 8. Idade dos alunos à entrada na Universidade, por classes etárias

Classe etária	1780-81		1836-37		1861-62		1909-10	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
< 14	4	1,4	–	–	–	–	–	–
14–18	70	24	74	35	74	29	144	28
19–23	46	16	90	42	108	43	301	58
24–28	9	3,1	12	5,6	23	9,2	57	11
> 28	3	1	2	0,9	15	6	6	1,2
Indeterminados	161	55	36	17	31	12	13	2,5
Total	293	100	214	100	251	100	521	100

Fonte: A.U.C., Certidões de Idade.

3. Alguns aspetos da vida quotidiana

[...] vesti batina, comprei a minha mobília, que se reduziu a uma barra, um colchão, uma cadeira, uma banca de pinho e uma estante para os livros, encarreguei a sua mesma servente dos arranjos domésticos e fui encaminhado pelo meu companheiro para o Colégio das Artes a fazer os exames denominados do pátio, sem os quais ninguém pode, excepto como ouvinte, matricular-se na Universidade. (Centazzi 1840, 32-33)

Na verdade, à chegada a Coimbra, o estudante preocupava-se, antes de mais, com o alojamento. Fruto de uma primeira e prioritária necessidade, procurava casa ou quarto, tendo em conta, algumas vezes, a proximidade da universidade e, quase sempre, o custo do aluguer. Na verdade, era no Bairro Alto, em torno da universidade, que a maior parte dos estudantes residia. Na segunda metade do século XIX, esta zona vai-se lentamente despovoando da sua população académica em favor de outras áreas urbanas. Assim, se, em 1861-1862, 68% dos estudantes do 1º ano habitavam na velha alta, em 1909-1910, apenas 43% dos “novatos” o faziam²⁰ (Quadro 9). O estado de degradação alcançado por muitos dos imóveis, bem como a renovação urbanística da cidade e o melhoramento dos transportes públicos pesaram, provavelmente, na fixação de residência fora do tradicional núcleo académico. Na verdade, a partir do terceiro quartel do século XIX, o mercado habitacional coimbrão alarga-se mercê da integração de novas zonas no tecido urbano, do melhoramento de ruas e da construção de novos bairros (Silva 1968; Roque 1991, 258).

Quadro 9. Locais de residência em Coimbra dos estudantes do 1º ano

	1861-62		1909-10	
	nº	%	nº	%
Alta	171	68,1	225	43,2
Baixa	34	13,5	25	4,8
Outras zonas	23	9,2	108	20,7
Sem identificação	23	9,2	163	31,3
Total	251	100	521	100

Fonte: *Relação* (1862), *Anuário* (1910), Loureiro (1960-1964).

²⁰ “Novato” era, no fim do século XIX, o estudante do 1º ano de qualquer faculdade, exceto da de Medicina, uma vez que este já fizera os preparatórios de Filosofia e de Matemática. O “caloiro” era o estudante do último ano do liceu ou o estudante dos preparatórios. Se, na primeira década do século XX, estes dois termos são sinónimos, esta identificação tende a desaparecer, passando só a utilizar-se a designação de “caloiro” (Castro 1947, 56-58, 89; Cruzeiro 1979, 798; Prata 1994, I, n. 796, 361).

Escolhido o alojamento, havia que vencer alguns obstáculos. O principal consistia na resistência dos proprietários, adversos a arrendar casas a estudantes, dados os inevitáveis problemas com a vizinhança, sobretudo “se sabia ou desconfiava que a sua casa iria ser uma república” (Prata 1994, I, 338). Ultrapassada esta dificuldade, a escolha do tipo de alojamento dependia da disponibilidade económica de cada um e do montante da mesada paterna.²¹ São em escasso número as informações sobre os valores dos alugueres, embora pontualmente se possam colher alguns dados da documentação. Sabemos, por exemplo, que a Universidade era proprietária de imóveis que arrendava a estudantes. Os alugueres de casas sitas no “plano baixo do Liceu”, por volta de 1855, variavam entre 9690 e 12100 réis anuais, cobrados pelo S. Miguel.²² Nos livros de memórias abundam as referências “às casas velhíssimas” (Costa 1951, 42), aos quartos modestos, “de simplicidade patriarcal”, ou às repúblicas (Lamy 1990, 708-710; Prata 1994, I, 340-352). Como afirma José Lobo d’Ávila Lima (1906, 690), em Coimbra, a forma mais comum de viver era “sob a forma republicana [...] Três, quatro, até seis (alem da meia dúzia á anarchia vão dois passos) alugam uma casa, pagam-na [...] e com dez a 12 mil réis mensais faz-se a festa”. Excepcionalmente, e se a mesada era “franca”, residia-se num hotel da cidade, como era o caso, em 1909-1910, do estudante do 1º ano de direito Manuel Frota Vieira de Mascarenhas, natural de Santa Comba Dão e filho de um juiz dos tribunais administrativos. “Feudal opulência” caracterizava o caso de Macedo Papança, conde de Monsaraz, que residia numa casa com quarenta e dois quartos, mudando de quarto de dormir, dia sim, dia não (Lima 1906, 688).

Às despesas de alojamento acresciam as do mobiliário, as da alimentação e as soldadas das serventes, “mulheres velhas que servem aos estudantes”, como as definia Guilherme Centazzi (1840, 32). Se sobre as primeiras não dispomos de quaisquer informações, dependendo o preço da qualidade e quantidade dos trastes que, de uma forma geral, eram simples e modestos (Prata 1994, I, 345-347), já sobre os ordenados das serventes as fontes são um pouco mais loquazes. Por volta de 1830, os salários variavam entre 480 e 600 réis mensais (Centazzi 1840, 32), atingindo no fim do século valores

21 Os conflitos estudantis não se limitam aos campos político ou institucional. Eram também frequentes os protestos contra a população urbana, sobretudo pelos altos preços que os proprietários cobravam pelo aluguer do alojamento. De resto, é sintomática a tomada de posição dos estudantes (“Tomarada”) que, em 1854, saíram armados da cidade de Coimbra, em sinal de contestação. Foi em Tomar que os ânimos acalmaram mediante negociações estabelecidas com as autoridades (Torgal 1993, 637).

22 A.U.C., Universidade de Coimbra, Administração e Contabilidade. Receita e despesa. Contas da receita e despesa, 1849-1885, fl. 2v; 4v; 5v.

mais elevados. Os livros, ou mais exatamente, as sebentas,²³ bem como as matrículas incluíam-se ainda no rol das despesas “certas” do estudante universitário.

De uma maneira geral é difícil estimar com precisão os custos médios da permanência em Coimbra, ressalvadas naturalmente as variações ao longo do tempo. De qualquer modo, tomando como referência-base as despesas de alguns estudantes subsidiados pela Universidade nos anos de 1861 e 1862, estas rondariam os 140000 réis anuais, correspondentes ao pagamento de matrículas, livros e mesadas.²⁴ Os valores mensais destas últimas (12000 réis) não se afastam muito dos montantes indicados por Trindade Coelho (s.d., 133) para a mesada-padrão do aluno universitário: 10000 réis (sendo considerado rico aquele que recebia uma mesada superior a 30000 réis). Trata-se de um quantitativo que se aproxima das tarifas mensais cobradas por alguns dos mais prestigiados colégios do país, tanto masculinos como femininos,²⁵ o que comprova a seletividade social deste estabelecimento de ensino. Com efeito, apenas as famílias com uma situação económica desafiada poderiam fazer face aos gastos exigidos pela permanência na cidade de Coimbra. A passagem pela cidade constituía, no entanto, um aprendizado. “Em Coimbra, isolado, longe da família [...] o caloiro desanuvia-se e perde o *péllo*, conhece os limites a uma mezada, varre de si toda a poeira escura dos preconceitos, vê muitas vezes o fundo à necessidade”, como escrevia José Lobo d’Ávila Lima (1906, 690).

Resolvido o problema do alojamento e após o cumprimento de algumas formalidades (apresentação dos certificados dos exames preparatórios, obtenção da autorização do Reitor e matrícula), o “novato” podia começar a assistir aos cursos. Prática comum ao tempo era o que então se designava por “cassoar os caloiros” e que, a avaliar por alguns testemunhos, era objeto de crítica por alguns estudantes, a exemplo de Francisco Soares Franco (1867, 45), que afirma sem reboços: “Tem sido uma zombaria amarga feita ao senso commum, que se tem transmitido de geração para geração.

²³ Segundo Trindade Coelho (s.d., 107, 134), “nem livros havia, porque os lentes não os faziam, e era esta a razão da sebenta”, cujo custo, por volta de 1870, era de 350 réis.

²⁴ É o caso do estudante de Direito José Correia Loureiro, que, em 1861, recebeu da Universidade 137900 réis, desta forma: propina para abertura de matrícula (13200 réis), livros para o ano (3500 réis), mesadas para os meses de Outubro de 1861 a Junho de 1862 a 12000 réis por mês (108000 réis) e fecho da matrícula no fim do ano letivo (13200 réis) – A.U.C., Universidade de Coimbra. Administração e Contabilidade. Correspondência. Ofícios do Reitor e da Repartição de Contabilidade. Livro de Registo 1861-1867, fl. 10v-11.

²⁵ No Colégio de S. Fiel, no Lourçal do Campo, cerca de 1880, a mensalidade dos alunos era de 8000 réis (Refoios 1883, 24). No Colégio das Ursulinas, em Coimbra, a pensão mensal, na década de setenta do século XIX, alcançava os 10000 réis (Vaquinhas 1996, 218).

É pungente insulto ao raciocínio a recepção despiadosa com que se acolhe um misero que chega”, acrescentando que “a loucura entranhada por o costume barbaro, nem deixa remorsos aos carrascos, nem ressentimentos ás victimas. Era um caloiro. Tudo está explicado”. É atualmente bem conhecido o quotidiano escolar da velha academia no século XIX através dos trabalhos de Maria Eduarda Cruzeiro (1990, I, 263-289), em particular no que concerne às práticas pedagógicas desenvolvidas, horários praticados e formas de avaliação. Pela reforma pombalina, os estudantes eram obrigados a assistir às aulas, bem como à chamada de lição (a *sabatina*), entre outros exercícios escolares. Os livros de memórias relatam pormenorizadamente os estratagemas e os ardis utilizados pelos estudantes para contornarem a regra da assiduidade e escaparem aos interrogatórios.

4. Conclusão

A Universidade de Coimbra foi centro intelectual e universitário de reputada importância e nela se preparava um número considerável de pessoas que ocupavam importantes cargos na sociedade portuguesa, em múltiplas atividades públicas e privadas, civis, militares e religiosas, no campo das ciências e das letras. Desta forma se explica, em certos períodos, dentro do quadro cronológico considerado, a relevante, embora irregular, afluência de estudantes à Universidade e até mesmo a amplitude da sua área de influência geográfica. A observação dos dados permite corroborar esta ideia levando em conta que nela faziam os estudos gentes de diversa procedência, de todo o território nacional, com destaque para o predomínio de estudantes do Centro do país, em particular do próprio distrito de Coimbra. Sublinhe-se, no entanto, que se torna difícil uma quantificação exata. É natural que se registem divergências nos números apurados e nas estatísticas obtidas por vários autores, justificados até mesmo por certas ambiguidades existentes. Assim sendo, torna-se evidente a dificuldade em precisar, em muitos casos, uma objetiva origem social, muitas vezes nem sequer referida ou até mesmo pouco definida. Para além da omissão frequente desse registo, a informação é, com frequência, duvidosa, e reveste-se ainda de um carácter ambíguo.

Não obstante a atração que exercia a Universidade, ela era, todavia, classista e nela predominavam os alunos procedentes das classes média e alta, e só um escasso número pertencia aos setores menos dotados no plano socioeconómico. O conceito de “aburguesamento” inscreve-se, portanto, neste contexto, mais enraizado, como é óbvio, a partir dos meados do século XIX. É verdade que as normas burguesas nasceram exatamente no

âmbito das novas preocupações de lucro económico e de novos programas de ordem sociopolítica. Por outras palavras, urge então para a burguesia despojar o ensino da tutela clerical, substituindo-a por uma outra, de cunho burguês, ao serviço dos seus interesses. Isto significa que se procurava formar homens para o Estado liberal. O estudante universitário do século XIX já não era tanto o clérigo ou o nobre, mas era, sobretudo, o filho da emergente burguesia que precisava de um título superior para se inserir profissionalmente na sociedade, ficando arredados, todavia, os discentes oriundos da pequena-burguesia e dos sectores populares. É indubitável que perseverava um objetivo fundamental – a formação das elites que transmitiriam, em primeiro lugar, a ideologia liberal e, em segundo lugar, a sua capacidade científica. Não surpreende, assim, que a Faculdade de Direito fosse a mais numerosa, a mais influente e a orientadora das diretrizes exigidas pelo século da administração por excelência – o século XIX –, pese embora a opinião cada vez mais insistente da urgente e imperativa formação de técnicos, tendo em vista a necessária transformação da economia portuguesa.

A prática existencial do quotidiano do estudante, preenchida em boa parte por rotinas, hábitos e costumes, muitos deles já tradicionalmente enraizados, focaliza o nosso olhar sobre esses atores e as suas preocupações, não só como agentes da vida universitária, mas também como ativos participantes da vida cidadina. Sem particularizar com detalhe as múltiplas incidências da vida académica, pode-se concluir, todavia, pelos dados aduzidos e pelas análises desenvolvidas, que no seio do grupo de referência, através das suas formas de ação e de interação, se reflete claramente uma vivência plurifacetada marcadamente relevante. Neste horizonte, os retratos do estudante traçados nas memórias escritas, com um olhar mais de perto, revelam os elementos eminentemente ativos da constituição da vida quotidiana. Eles articulam uma consciência de grupo denunciada na formalização das suas reivindicações, na expressão dos seus sentimentos, na evidência das suas práticas, na revelação das suas próprias representações e na especificidade das formas linguísticas e simbólicas. Em suma, a interação da Universidade e da vida pública, e a interligação do cidadão e da política, espelham-se também na estreita ligação entre a vida universitária e a vida urbana. Com efeito, a vida da cidade de Coimbra, à semelhança de outros tempos, passados e vindouros, girava em torno da Universidade.

Agradecimentos

Grande parte deste texto foi elaborado para uma obra sobre universidades que não se chegou a publicar, tendo sido posteriormente reformulado.

■ Referências

- Anuario da Universidade de Coimbra, Anno Lectivo de 1909-1910* (1910). Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Baldó i Lacomba, Marc (1984). *Profesores y estudiantes en la época romantica. La Universidad de Valencia en la crisis del Antiguo Regimen (1786-1843)*. Valencia: Ayuntamiento de Valencia.
- Bandeira, Ana Maria Leitão; Pita, João Rui Rocha (1990). “As primeiras mulheres farmacêuticas na Universidade de Coimbra”. *Kalliope. De medicina*, 3, pp. 21-28.
- Bastos, Teixeira (1923). *Iniciativas académicas I – Sociedade Filantrópica-Académica de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Boavida, Ana Maria Caiado (1983). “Tópicos sobre a prática política dos estudantes republicanos, 1890-1931: limites e condicionalismos do movimento estudantil”. *Análise Social*, XIX (77-78-79), pp. 743-756.
- Burnay, John M. (1988). *Toulouse et son université. Facultés et étudiants dans la France provinciale du 19e siècle*. Toulouse: Éditions du CNRS/Presses Universitaires du Mirail.
- Caron, Jean-Claude (1991). *Génération romantiques. Les étudiants de Paris et le Quartier Latin (1814-1851)*. Paris: Armand Colin.
- Carvalho, Ana Marcella de (2019). *As mulheres na Universidade de Coimbra ao tempo da Primeira República (1910-1926)*. Coimbra: FLUC (dissertação de mestrado).
- Cascão, Rui (1993). “Demografia e sociedade”, in J. Mattoso (dir), *História de Portugal*, vol. V, *O Liberalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, pp. 425-439.
- Cascão, Rui; Almeida, Maria Manuel (1991). “Origens sociais dos alunos matriculados na Universidade de Coimbra nos finais do século XIX”, in *Universidade(s), História. Memória. Perspectivas, Congresso História da Universidade, 7º Centenário, Actas 3*. Coimbra: Ediliber, pp. 181-193.
- Castro, Amílcar Ferreira de (1947). *A gíria dos estudantes de Coimbra*. Coimbra: Faculdade de Letras. *Censo de 1864. Relação das freguezias do continente e ilhas. População, sexos, fogos. Divisão civil, judicial, militar e ecclesiastica*. Lisboa: Typographia da Gazeta de Portugal, 1866.
- Censo da população do reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1890*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896.
- Censo da população do reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1900*, vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1905.
- Centazzi, Guilherme (1840). *O estudante de Coimbra ou relapago da historia portugueza desde 1826 ate 1838*, tomo 1º. Lisboa: Typographia de Antonio Jose da Rocha.
- Coelho, Trindade (s.d.). *In Illo tempore*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Costa, Alberto (Ex-Pad Zé) (1951). *O Livro do Doutor Assis*, 10ª edição. Lisboa: Livraria Clássica Editora & Cª.
- Cruz, Maria Antonieta (1994). *Os burgueses do Porto na segunda metade do século XIX*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Tese de doutoramento policopiada).
- Cruzeiro, Maria Eduarda (1988). “A reforma pombalina na história da Universidade”. *Análise Social*, XXIV (100), pp. 165-210.
- Cruzeiro, Maria Eduarda (1990). *Action symbolique et formation scolaire. L'Université de Coimbra et sa Faculté de Droit dans la seconde moitié du XIXº siècle*. Tomes I et II. Paris: (Thèse pour le doctorat).
- Ferreira, A. Aurélio da Costa (1915). *Noutros Tempos*. Coimbra: Livraria Neves Editora.
- Ferreira, Fátima Moura (2010). “Os juristas e a representação política”, in F. Catroga, P. T. Almeida (coord), *Res publica. Cidadania e representação política em Portugal 1820-1926*. Lisboa: Assembleia da República/Biblioteca Nacional de Portugal, pp. 216-229.
- Fonseca, Fernando Taveira (1995). *A Universidade de Coimbra (1700-1771). Estudo social e económico*. Coimbra: Por Ordem da Universidade.
- Franco, Francisco Soares (1867). *Memorias da mocidade. As rosas e os espinhos do amor*. Lisboa: Typ. do Panorama.
- Frijhoff, William (1986). “Grandeur des nombres et misères des réalités: la courbe de Franz Eulenburg et le débat sur le nombre d'intellectuels en Allemagne, 1576-1815”, in D. Julia, J. Revel, R. Chartier (eds), *Les universités européennes du XVIe au XVIIIe siècle. Histoire sociale des*

- populations étudiantes*, Tome I. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, pp. 23-63.
- Gomes, Joaquim Ferreira (1986). "As primeiras mulheres que frequentaram a Universidade de Coimbra (1891-1910)". *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, VIII, pp. 243-257.
- Gomes, Joaquim Ferreira (1987). *A mulher na Universidade de Coimbra*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Lamy, Alberto Sousa (1990). *A Academia de Coimbra 1537-1990. História, praxe, boémia e estudo, partidas e piadas, organismos académicos*. Lisboa: Rei dos Livros.
- Legislação académica colligida pelo Dr. José Maria de Abreu. Coordenada, revista e ampliada pelo Dr. António dos Santos Viegas*, vol. I, 1772-1850 (1894). Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Lima, José Lobo d'Ávila (1906). "Meio seculo de vida coimbrã". *Ilustração Portuguesa*, II serie, 23 de julho, pp. 685-695.
- Loureiro, José Pinto (1960-1964). *Toponímia de Coimbra*, 2 tomos. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.
- Madeira, António Carneiro dos Santos (s.d.). *A Universidade de Coimbra no século XIX (Matrículas das várias faculdades no ano letivo de 1861-1862)*. Coimbra: FLUC (trabalho dactilografado).
- Memória Professorum Universitatis Conimbrigensis. 1772-1937*, vol. II (1992). Dir. Manuel Augusto Rodrigues. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra.
- Peset, Mariano; Peset, Jose Luis (1974). *La Universidad Española (Siglos XVIII y XIX). Despotismo Ilustrado y Revolución Liberal*. Madrid: Taurus Ediciones.
- População no 1º de Janeiro 1878*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.
- Prata, Manuel Alberto Carvalho (1994). *A Academia de Coimbra (1880-1926). Sociedade, cultura e política*, vol. II. Coimbra: s.n. (Tese de doutoramento).
- Prost, Antoine (1968). *L'enseignement en France 1800-1967*. Paris: Armand Colin.
- Refoios, Joaquim Augusto de Sousa (1883). *O Collegio de S. Fiel no Lourçal do Campo e o de Nossa Senhora da Conceição na Covilhã. Apontamentos sobre o Jesuitismo no districto de Castello Branco*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Regulamento para a fiscalização e julgamento das faltas dos estudantes da Universidade de Coimbra* (1904). Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Relação e índice alfabético dos estudantes matriculados na Universidade de Coimbra no anno lectivo de 1836 para 1837, suas naturalidades, filiações e moradas* (1836). Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Relação e índice alfabético dos estudantes matriculados na Universidade de Coimbra no Anno lectivo de 1861 para 1862, com suas filiações, naturalidades e moradas e a designação das diversas cadeiras e disciplinas, e dos lentes e professores respectivos* (1862). Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Roque, João Lourenço (1991). "Coimbra na 2ª metade do Século XIX. Estudantes e sociabilidade urbana (alguns aspectos)", in *Universidade(s), História. Memória. Perspectivas, Congresso História da Universidade, 7º Centenário, Actas 3*. Coimbra: Ediliber, pp. 257-275.
- Shinn, Therry (s.d.). *L'École Polytechnique*. Paris: Presses de la Fondation National des Sciences Politiques.
- Silva, Armando Carneiro da (1968). "Evolução populacional coimbrã". *Arquivo Coimbrão*, XXIII, pp. 193-305.
- Simone, Maria Rosa di (1996), "A admissão", in W. Ruëgg (coord), *Uma história da Universidade na Europa*, vol. II, *As Universidades na Europa Moderna (1500-1800)*. Lisboa: CRUP/Fundação Eng. António de Almeida/INCM, pp. 277-313.
- Torgal, Luís Reis (1987). "Passos Manuel e a Universidade. Do Vintismo ao Setembrismo". *Cultura, História e Filosofia*, 6, pp. 79-92.
- Torgal, Luís Reis (1990a). "A Universidade entre o dinamismo e o estrangulamento cultural", in A. Reis (dir), *Portugal Contemporâneo*, vol. II. Lisboa: Publicações Alfa, pp. 257-262.
- Torgal, Luís Reis (1990b). "Universidade, conservadorismo e dinâmica de mudança nos primórdios do liberalismo em Portugal". *Revista de História das Ideias*, 12, pp. 129-219.
- Torgal, Luís Reis (1993). "A instrução pública", in *História de Portugal*, vol. V. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 609-651.

- Torgal, Luís Reis (2013). “Universidade de Coimbra”, in *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. III. Lisboa: Edição Assembleia da República, pp. 1053-1060.
- Torremocha Hernández, Margarita (1995). “La población estudiantil de la Universidad de Oñate, Siglo XVII”. *Investigaciones Históricas*, 15, pp. 209-239.
- Vaquinhas, Irene (2018). “Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes cabo-verdianas” / “Women at the University of Coimbra: the case of the first Cape Verdean female students”. *História. Revista da FLUP*, IV Série, vol. 8 (1), pp. 219-244.
- Vaquinhas, Irene Maria (1996-1997). “Alguns aspectos da vida quotidiana num colégio feminino do século XIX: o caso do Real Colégio Ursulino das Chagas de Coimbra (1874-1880). *Gestão e desenvolvimento*, 5-6, pp. 213-247.
- Vasconcelos, António de (1941). “Estatística dos estudantes matriculados na Universidade de Coimbra durante o século XIX, e dos graus de licenciado e de doutor nela conferidos no mesmo século, isto é, desde 1 de Janeiro de 1801 até 31 de Dezembro de 1900”, in *Escritos Vários*, vol. II. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 124-140.

THE STUDENTS OF THE UNIVERSITY OF COIMBRA, 1772-1910

The University of Coimbra played a huge fascination over the generations of students who saw it as the institution of the upcoming elites and, even, of the uprising power. Who were the students of Coimbra? Who was the academic youth? Which motivations stimulated them? The students' universe from 1772 to 1910 is analysed in different strands, considering the context and the socioeconomic profiles of the students, highlighting the continuities, discontinuities and even ruptures of their school paths. The university student was, in the analysed period, essentially of bourgeois origin, and the university was, therefore, class-based. The reference to the social and geographical origin, daily practices and life experience of the students allows to profile the students, their connection to both the university and the urban life, and their social and political strength.

Keywords: University of Coimbra, students, university life, Coimbra academia.

LES ÉTUDIANTS DE L'UNIVERSITÉ DE COIMBRA DE LA RÉFORME POMBALINE À LA RÉPUBLIQUE, 1772-1910

L'Université de Coimbra exerça une véritable fascination sur les générations successives d'étudiants qui voyaient en elle l'institution formant les futures élites et les préparant à monter au pouvoir. Qui donc étaient les étudiants de Coimbra ? Qu'était la jeunesse académique ? Quelles en étaient les aspirations ? Nous étudions l'univers des étudiants de 1771 à 1910 sous ses divers aspects, prenant en considération les conjonctures, les profils socio-économiques, mettant en évidence les continuités et les discontinuités, voire les ruptures dans les parcours. L'étudiant était, durant cette période, essentiellement d'origine bourgeoise, ce qui explique que l'Université fût attachée aux classes privilégiées. L'analyse de l'origine géographique et sociale, des pratiques quotidiennes, du vécu varié des étudiants permet, d'après les sources utilisées, d'apercevoir l'interaction de l'Université avec la vie publique, le lien de l'étudiant à la vie universitaire et urbaine, du citoyen à la politique.

Mots-clés: Université de Coimbra, étudiants, vie universitaire, académie de Coimbra.